

**INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

CARLOS AUGUSTO CASTELO BRANCO FILHO

As faces veladas do racismo no Brasil

REDENÇÃO 2017

CARLOS AUGUSTO CASTELO BRANCO FILHO

Título:

AS FACES VELADAS DO RACISMO NO BRASIL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Humanidades e Letras da Universidade da Integração Internacional de Lusofonia Afro-brasileira, Campus Redenção-Ceará, como requisito parcial para conclusão do Curso de Graduação Bacharelado em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Robério Américo Souza

REDENÇÃO 2017

CASTELO BRANCO FILHO, Carlos Augusto.

As faces veladas do racismo no Brasil. Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito parcial à conclusão do curso de Graduação em Humanidades, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), Campus Redenção, realizada em 2017.

Aprovado em: __/__/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Robério Américo do Carmo Souza – UNILAB (Orientador)

Prof. Dr. Leandro de Proença Lopes – UNILAB (Examinador)

Prof. Dr. Edson Holanda Lima Barbosa- UNILAB (Examinador)

Dedico e agradeço a Deus, por sua infinita misericórdia e amor. Aos meus amados pais. Por sempre acreditar em minha capacidade e me amar em todos os momentos.

Que os vossos esforços desafiem as impossibilidades, lembrai-vos de que as grandes coisas do homem foram conquistadas do que parecia impossível.
Charles Chaplin

Sumário

1. APRESENTAÇÃO.....	7
1.1 DELIMITAÇÃO.....	8
2. JUSTIFICATIVA.....	9
3. OBJETIVOS.....	9
3.1 OBJETIVOS GERAIS.....	9
3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	9
4. PROBLEMA DE PESQUISA.....	10
5. REVISÃO DE LITERATURA.....	10
5.1 A QUESTÃO DA REPRESENTAÇÃO SOCIAL.....	10
5.2 A INFLUÊNCIA NEGRA NA HISTÓRIA.....	11
5.3 RACISMO E OUTRAS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO.....	13
5.4 IDEOLOGIA DO BRANQUEAMENTO.....	16
5.5 A DEMOCRACIA RACIAL NO BRASIL.....	19
6. METODOLOGIA.....	21
REFERÊNCIAS.....	23

1. APRESENTAÇÃO

Busca-se com o presente projeto contextualizar sobre a questão do Racismo que no Ceará foi construído, principalmente, pela colonialidade presente no nacionalismo da elite local, que criou um modelo de identidade cearense excludor do negro da sua formação. Atuando por meio de gradações, o racismo cearense se identifica pela negação à identidade negra, se valendo de estratégias discursivas branqueadoras das identidades, ao passo que pratica a exclusão racial reproduzida por atos e ações. As ações afirmativas são políticas que pretendem amparar seguimentos sociais historicamente desfavorecidos e marginalizados, promovendo uma efetiva universalização dos direitos civis, sociais e políticos. Contudo no caso específico do Brasil, estes processos de marginalização estão intrinsecamente ligados a um modelo socioeconômico excludente que provoca a assimetria entre os indivíduos ou grupos sociais e, mesmo caracterizando-se como tratamento específico para determinados grupos sociais em suas adversidades, elas devem fazer parte de uma estratégia para a igualdade como um todo.

No Estado democrático, todos devem ter direito a igualdade (material¹ e formal²), sendo um desafio criar instrumentos que efetivem e assegurem as políticas de inclusão. Portanto, um dos problemas desafiadores das ações afirmativas é conciliar o Princípio da Igualdade Formal, protegendo todos os cidadãos como iguais, em conformidade constitucional com o Princípio da Igualdade Material, para que se concretizem efetivamente na sociedade, através da Justiça Social, garantindo e preservando a Dignidade Humana.

As instituições educacionais brasileiras, como na maioria do mundo, são pressionadas a lidar com as transformações e reestruturações do sistema capitalista de produção que nelas repercutem: a globalização informacional e cultural; a crise ética e a exclusão social (LIBÂNEO, 2001). Além dos problemas decorrentes desses fenômenos, no Brasil, também temos que lidar com a inadequação estrutural das

¹ Também chamada de igualdade substancial ou aristotélica, Igualdade material é a igualdade de fato, a igualdade no sentido sociológico. Para assimilar bem esse sentido de igualdade material cabe a cada um fazer a pergunta, “*será mesmo que todos partilham do mesmo direito?*”. Será que aquele que mora na rua tem menos direitos de ter uma casa que qualquer outra pessoa?

² A igualdade formal é aquela que não estabelece distinção alguma entre as pessoas.

escolas públicas; uma formação docente precária; a má administração dos recursos financeiros e o baixo aprendizado dos estudantes, inclusive no que diz respeito aos conhecimentos básicos, caso da leitura, da escrita e das quatro operações aritméticas (adição, subtração, multiplicação e divisão).

A estas questões, após estudos e experiências que tive ao longo de minha graduação, discussões relacionadas à raça³ e identidade vieram somar-se. Foi apenas no ambiente universitário que passei a refletir sobre racismo, discriminação e preconceito; suas manifestações cotidianas; o impacto que exercem na vida dos indivíduos e a maneira como as escolas lidam com elas (BESERRA, 2005; BESERRA; ANDRADE, 2001).

1.1 Delimitação

Por conta do surgimento e a propagação das teorias racistas de cunho científico - que declaravam a inferioridade das raças não-brancas, que se estendia aos mestiços - buscou-se ocultar a presença negra para se fugir do rótulo de povo não-civilizado. O presente estudo busca delimitar sobre como configura-se o racismo na cidade de Redenção no Ceará

1.2 JUSTIFICATIVA

O projeto se justifica devido à realidade brasileira, tão envolvida pela miscigenação racial, aceitar que qualquer mistura entre brancos e negros geraria indivíduos inferiores era problemática. Vivemos em uma sociedade onde a questão do preconceito ainda está muito presente. No Brasil a discriminação e o preconceito estão em todos os lugares, e a escola é um espaço que reproduz essa situação tendo como principal vítima a criança negra. Há inúmeros tipos de preconceito, como: classe social, religião, cor, mulheres, homossexualismo e nacionalidade.

³ divisão tradicional e arbitrária dos grupos humanos, determinada pelo conjunto de caracteres físicos hereditários (cor da pele, formato da cabeça, tipo de cabelo etc.) [Etnologicamente, a noção de raça é rejeitada por se considerar a proximidade cultural de maior relevância do que o fator racial.].

Nesse trabalho estaremos focando o preconceito de cor e enfatizando a compreensão do contexto haja visto que segundo o IBGE, os negros (pretos e pardos) eram a maioria da população brasileira em 2014, representando 53,6% da população. Os brasileiros que se declaravam brancos eram 45,5%.

Esse assunto abrange grande parte da educação no nosso país, pois ainda existem em algumas escolas discriminação , de parte do professor, do aluno e também dos pais desses alunos. A importância de falarmos sobre preconceito é dado ao fato de haver a possibilidade de, com reflexão, conseguirmos amenizar ou mesmo acabar com o racismo nas escolas.

3. OBJETIVOS

3.1.1 Objetivo Geral

- Analisar se a questão da adoção de soluções políticas sem maiores análises históricas e contextuais pode significar a não solução do problema da desigualdade brasileira

3.1.2 Objetivos Específicos

- Analisar sobre a questão do racismo;
- Teorizar sobre a pluralidade racial no Brasil.

4. PROBLEMA DE PESQUISA

Dentre as minorias que estão no foco dessas discussões, as questões sobre o negro e o racismo brasileiro foram as que mais me intrigaram: quem é negro na cidade de Redenção no Ceará? Quais são suas demandas educacionais, sociais e políticas? Como interpretá-las?

5 REVISÃO DE LITERATURA

5.1 A QUESTÃO DA REPRESENTAÇÃO SOCIAL

O estudo realizado é relevante quando se entende que as representações sociais são mecanismos que ajudam a explicar comportamentos de indivíduos ou grupos diante de determinados fatores.

A teoria sobre representação social se ocupa da análise do conhecimento produzido no cotidiano, pois, trata-se da análise do processo de construção da realidade a partir das relações sociais do mundo da vida, o que está muito próximo de uma sociologia do conhecimento no cotidiano.

Ao abordar as representações sociais partiremos do ponto inicial que é o que entendemos a cerca deste conceito. DURKHEIM foi o primeiro autor a formalizar um conceito de representações sociais, intitulando o mesmo sentido ao que denominou representações coletivas.

Neste viés, representações coletivas são categorias de pensamento através das quais uma sociedade expressa e elabora sua realidade. O autor percebia as representações coletivas e individuais enquanto opostas e com a supremacia da primeira sob a segunda.

Para Durkheim (1991), as representações sociais, podem ser consideradas “fatos Sociais”, pois formam uma realidade *sui generis*. São categorias de pensamento elaboradas coletivamente, que, não sendo a soma das representações individuais, são mais estáveis que essas. São mecanismos que se impõem aos indivíduos, do coletivo para o individual, pois são reais, determinando o modo de ver

e de classificar o mundo dos sujeitos que estão inseridos em determinada cultura, isto porque elas não são universais, mas condizentes com determinada sociedade (DURKHEIM & MAUSS, 1981; DURKHEIM, 1996).

Segundo (HERZLICH, 1991) As representações sociais são a lógica que estrutura os diferentes discursos. Elas se apresentam como uma realidade que se impõe aos indivíduos, mas para que esses a “adotem” é necessário que haja o mínimo de consenso, pois se trata de uma interpretação e de uma questão de sentido para os sujeitos. Portanto, a representação social, é significada, socialmente construída e compartilhada entre indivíduos que conjugam de determinados valores ou crenças.

A representação social teve sua origem como modelo de explicação da realidade, a partir do trabalho desenvolvido por Serge Moscovici, publicado em 1961, que tinha como problemática entender o processo de apropriação da teoria psicanalítica por parte de diferentes grupos sociais. A questão central da obra circulava em torno de como era consumida, transferida e utilizada, uma teoria científica pelas pessoas marcadas pelo senso comum.

5.2 A INFLUÊNCIA NEGRA NA HISTÓRIA

A diversidade historicamente tem sido representada como algo exótico, folclórico. A abordagem superficial e distante do cotidiano escolar reforça estereótipos, naturaliza os problemas raciais e sociais, justificando-os por meio de recursos da psicologia como, por exemplo: índio é preguiçoso, negro é violento, branco nasce para comandar. Isso tem mudado com ações educativas dos movimentos sociais e a reivindicação de uma nova postura da escola em relação aos grupos étnicos-raciais que compõem o povo brasileiro.

O problema central, nos estudos de relações raciais, e ainda que se admita que o preconceito, seja, qual for à importância que se lhe dê, como problema de estudo, deva ser focalizado no contexto da “situação racial” em que se manifesta, o fato é que a preocupação com o mesmo está pelo menos implícita em toda pesquisa que se faz neste setor. Mesmo quando se estuda uma “situação racial” em que se supõe inexistente (ou quase inexistente) o preconceito, está pelo menos

implícito ou interesse em compará-la com situações em que sua ocorrência é insofismável.

Lembremos: em 1888, ano da abolição da escravatura, os brancos (e aqueles não brancos que se incorporam ao seu grupo) detinham o controle sobre todas as áreas de decisão e influência na sociedade, eram os proprietários das terras e dos meios de produção, controlavam o comércio interno e externo, a alta burocracia, o judiciário, o exército e a polícia, detinham o poder político e dominavam as profissões liberais, como os médicos e engenheiros. E esse controle de quase todos os espaços jamais saiu de suas mãos.

Quanto aos negros, estavam confinados às atividades de baixo prestígio acumulação de riqueza, como as tarefas agrícolas e os trabalhos manuais de menor qualificação. Nas primeiras décadas do século vinte, aqueles pequenos nichos de trabalho qualificado que os negros haviam adquirido foram deles retirados e transferidos para os imigrantes europeus, numa política deliberada de embranquecer todos os espaços de poder e importância no país.

Já nos anos trinta, foram criadas e consolidadas mais instituições de ensino superior, pelos brancos e para os brancos, novas redes do ensino, da pesquisa e da expansão e melhoria das profissões liberais foram formadas e reproduzidas desde então, sempre entre os brancos.

Por tudo isso, a sociedade brasileira tem funcionado, ao longo de mais de cem anos, como um sistema que se auto-regula de modo a reproduzir constantemente a mesma desigualdade racial. Apesar da rigidez dos estabelecimentos no Brasil, vimos no século vinte alguns momentos de mobilidade social, já a nossa mobilidade racial, porém, tem sido extremamente restrita.

Em suma, a desigualdade social foi construída em cima da desigualdade racial, que foi naturalizada pôr efeito de um discurso ideológico legitimador que fechou as portas para a exposição de conflitos, facilitando a reprodução da nossa crônica desigualdade socio-racial, em que a cor emblemática da ascensão social é a branca e a cor emblemática da exclusão e do fracasso é a negra.

Segundo BOAVENTURA (2003, p. 01) “As práticas racistas constroem e são reiteradamente repetidas a partir de preconceitos, frutos da ignorância que grupos étnicos tidos como superiores têm acerca das organizações e modo de vida daqueles considerados inferiores”.

5.3 RACISMO E OUTRAS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO

Em conformidade com Balibar e Wallerstein (1991), entendo o racismo como um fenômeno social que envolve tanto práticas (como humilhação e desprezo), quanto discursos que o embasam – sendo que, para as vítimas do racismo, as ações exercem, pelo menos em um primeiro momento, um maior impacto que as teorias. Para tais autores, o racismo não é apenas uma atitude de desdém ou medo de alguém ou de algum grupo. Na verdade, ele reconcilia os seguintes objetivos capitalistas: maximização da acumulação de capital e minimização dos custos de produção e perturbação política.

Como vimos com o nazismo, para além da afirmação de superioridade de um grupo racial, o racismo também faz referência à etnia, religião e nação. Não há um racismo, destinado apenas aos grupos já tão conhecidos (como os negros) e com os mesmos objetivos. Há racismos. Todavia, tanto pelo Estado quanto pelos movimentos sociais focarem-se apenas nas lutas contrárias ao preconceito contra o negro, a mulher e os gays, dentre outros mais visíveis, geralmente negligencia-se o preconceito contra a “burrice”, discutido por Bourdieu, no artigo O racismo da inteligência, e a “pobreza”.

Então, o que é racismo? No imaginário social a palavra racismo atrela-se a temática da escravidão africana ou então a do Holocausto, pois ela se encontra vivaz na história mundial. Entendemos que racismo seria qualquer tipo de violência preconceituosa, seja física ou verbal, incluso estrutural, que um determinado povo age com relação a outro devido às suas distinções sócio-culturais, fenotípicas e políticas. Na opinião do autor Joel Rufino dos Santos,

Racismo é a suposição de que há raças e, em seguida, a caracterização biogenética de fenômenos puramente sociais e culturais. E também uma modalidade de dominação ou, antes, uma maneira de justificar a dominação de um grupo sobre outro, inspirada nas diferenças fenotípicas da nossa espécie. (SANTOS, 1990, p. 12).

Então o racismo constrói um argumento de dominação de um grupo com relação a outro. O sentimento de superioridade racial de um grupo étnico vem demarcado nas dinâmicas sociais no mundo atual, o grupo discriminado racialmente sofre com a imposição da ideia de servilismo, conseqüente de um passado escravocrata. SHOHAT e STAM(2006, p. 45) “argumentam que as vitimas mais

óbvias do racismo são aqueles cujas identidades foram forjadas no caldeirão colonial: os africanos, os asiáticos e os povos nativos das Américas”. Jules Harmand (*apud* SHOHAT e STAM,2006, p.45) afirma que “a legitimação básica da conquista dos povos nativos[...]é a convicção de nossa superioridade, não apenas mecânica, econômica e militar, mas também moral.”

O racismo atualmente não se desenvolve pelos mesmos meios que outrora, nenhum povo hoje detém fundamentos raciais para escravizar um outro povo. As práticas racistas incrementaram instrumentos específicos para atravessar o direito a cidadania, o racismo se encontra vivo nas sociedades atuais e, a exemplo do Brasil seu sustentáculo é a cordialidade. Visto que o sistema racista prevalece no conteúdo social o que o justifica? Segundo Muniz Sodré,

todo racismo desenvolve-se, assim, no quadro de uma „relação racial“[...]Esta relação pressupõe uma identidade baseada na ficção intitulada „raça“e se concretiza sempre no quadro de relações de dominação entre atores sociais. (SODRÉ, 1999, p, 194).

Essa relação justifica a posição socialmente acentuada de um determinado grupo, que entendemos ser indivíduos de traços fenotipicamente caucasianos. O beneficiário dessa relação seria o então indivíduo que carrega os traços não-negros, este por sua vez não se vê num meio racializado, justificando sua ascensão social pela meritocracia. O autor Charles Mills afirma existir um contrato racial nesta relação, na qual ele diz que,

Todos os brancos são beneficiários desse contrato, embora alguns brancos não sejam signatários deste. [...]Será óbvio, no entanto, que o contrato racial não é um contrato no qual o subconjunto de humanos não-brancos podem estar genuinamente de acordo. Pelo contrário, é um contrato entre aqueles classificados como brancos sobre os não-brancos, que são, assim, os objetos ao invés de sujeitos do acordo. (1997, p.11-12, tradução minha).

Deste modo, é natural que não haja a conscientização do branco meio a esta relação, a condição racial oferece uma posição de conforto que o mesmo não consegue visualizar ou ao menos questionar. O autor MILLS(1997, p. 76, tradução minha) explicita “o peixe não vê a água, e os brancos não veem a natureza racial de um sistema branco porque é natural para eles, o elemento na qual eles se movimentam.”

Embora Mills seja americano, e suas análises deflagraram de um contexto social diferente, suas conclusões são adequadas para o cenário brasileiro visto que nossos bastidores sociais são travados também por relações entre brancos e negros. Apesar do Brasil abarcar outros grupos étnicos meus apontamentos envolvem os principais atores sociais do país, o branco e o negro, dada a sua imensidade populacional. Entendemos que, o racismo precisa mais de um sujeito para poder agir, não necessariamente com brancos e negros, e dependendo da situação ela nem sempre é unidirecional. Deste modo, concordamos com SHOHAT e STAM(2006) que afirmam que,

embora membros de todos os grupos possam ter opiniões racistas – não há imunidade genética nesses casos – não é todo grupo que detém o poder necessário para praticar o racismo, ou seja, para traduzir uma atitude preconceituosa em opressão social. (2006, p.51).

Entendemos que nossas sociedades estão estratificadas racialmente onde a vítima do sistema racista precisa combater o “fantasma” do racismo que somente o assombra, em contrapartida, o beneficiário desse sistema, dado ao seu ceticismo, não acreditaria nesses “fantasmas”. O racismo torna-se assim de difícil localização nas relações sociais e estruturais, salvo situações onde ela ocorre de forma explícita, muitas vezes em agressões verbais e até físicas. Eliminar as práticas racistas requer estudos aprofundados, diálogos nas escolas e universidades, e criar mais aparições sobre o tema no seio midiático e posteriormente se permitir a aceitação do outro independente de seus traços fenotípicos, culturais ou políticos.

5.4 IDEOLOGIA DO BRANQUEAMENTO

O período que compreende o final da Abolição, 1888 e os primeiros quarenta anos do século XX foi de extrema importância para se entender hoje as questões da identidade brasileira, neste período surgiram intelectuais que discutiam as teorias raciais baseados em autores americanos e europeus, como Arthur de Gobineau, Gustave Le Bon, Ernest Renan, Louis Agassiz, entre outros. Na tentativa de explicar a situação racial do país intelectuais como, Silvio Romero, Euclides da Cunha, Alberto Torres, Manuel Bonfim, Nina Rodrigues, João Batista Lacerda, Oliveira Viana, Gilberto Freyre, entre outros, assumiram suas devoções às ideologias eugenistas visando o embranquecimento da sociedade brasileira. Araújo (2000) explica que:

os argumentos pró-branqueamento e as ideias racistas europeias não eram implausíveis para a sua época, pois faziam parte do contexto e da dinâmica das relações sociais de uma elite com medo da continuidade da onda de revoltas negras, que antecederam a abolição da escravidão. ARAÚJO (2000, p.27).

Acreditamos que o fato de ter que incluir os grupos étnicos oprimidos, negros e índios como cidadãos brasileiros aumentava ainda mais o temor de futuras revoltas pela reivindicação de seus direitos. Nesse âmbito MUNANGA(2004, p.54) argumenta que “tendo em vista a nova categoria de cidadãos: os ex-escravizados negros. Como transformá-los em elementos constituintes da nacionalidade brasileira e da identidade brasileira” ou seja, a questão fundamental era de saber como transformar essa pluralidade de raças, culturas e valores civis num povo só.

No entanto, questionamos como essas teorias raciais ocidentalizadas se encaixariam no contexto social brasileiro, visto que se tinha como base três grupos étnicos distintos, é nessa ordem que o brasilinista Thomas E. Skidmore(1976) argumenta que,

o pensamento racial que gerava discussão aberta na Europa...chegava no Brasil via de regra sem nenhum espírito crítico...Caudatários na sua cultura, imitativos no pensamento...os brasileiros de meados do século XIX, como tantos outros latino-americanos, estavam mal preparados para discutir as últimas doutrinas europeias. (*apud* SCHWARCZ 1993, p.16).

Embora houvesse uma influência profunda das ideologias raciais do ocidente, Kabengele Munanga (*apud* ARAÚJO 2000) demonstra que não se tratavam de cópias inautênticas ou de reproduções mecânicas do modelo europeu, mas de elaborações inéditas, contudo influenciadas pelas teorias raciais ocidentais de sua época. Uma afirmação notória do posicionamento de João Batista Lacerda, em Julho de 1911, com relação às questões raciais foi em que ele prevê que “O Brasil mestiço de hoje tem, no branqueamento em um século, sua perspectiva, saída e solução”. (Lacerda *apud* ARAÚJO, 2000, p.27). A ideia de mestiçagem seria então uma possível solução para resolver ou atenuar as diferenças étnicas e culturais existentes no país, contudo na elite intelectual prevalecia a essência eugênica de Francis Galton. Embora existissem algumas divergências de opiniões, na qual Sílvio Romero e Oliveira Viana defendem a miscigenação rumo a branquitude, Nina Rodrigues do embranquecimento da cor.

Formamos um país mestiço... somos mestiços se não no sangue ao menos na alma" definia o crítico literário Sílvio Romero, da Escola de Recife, ao comentar "a composição étnica e antropológicamente singular" da população brasileira(Romero *apud* SCHWARCZ, 1993, p.11).

Essa nova identidade nacional surgiria numa mescla de fortes traços culturais europeus com a apropriação de alguns traços culturais indígenas e negros com o propósito de apaziguar a relação com a cultura dominante.

A ideia de uma identidade nacional foi tencionada pela elite brasileira com o advento da Independência em 1822, no entanto precisava-se um semblante próprio, uma característica que pudesse incluir as diversidades culturais presentes na sociedade brasileira. A respeito Muniz Sodré explica:

as sociedades com um passado colonial tiveram de buscar novas justificativas para a sua existência histórica, ou seja, tiveram que reinventar a sua identidade no momento em que romperam com a colonização europeia SODRÉ(1999, p.77).

Entretanto, o negro era visto como um símbolo de retrocesso ao país e o racismo científico sustentava a ideia do ser selvagem e degenerado que já havia

sido construída e que se encontrava vivaz no imaginário social, conseqüentemente o homem negro era um problema ao Brasil.

As imagens que foram se formando a partir de então acabaram deixando todas as características positivas para a população branca e atribuindo as características negativas para os outros grupos, principalmente os negros. Passa a ser normal, natural, que o branco seja bom e que o negro seja ruim. (MARTINS *apud* SILVA 2011, p.21).

A estigmatização dos negros foi implementada no seio social, deste modo se tornaram justificáveis as associações pejorativas aos mesmos. Os africanos e seus descendentes seriam segundo AZEVEDO (2004, p.53) “incapazes de interiorizar sentimentos civilizados sem que antes as virtudes étnicas dos trabalhadores brancos os impregnassem, quer por seu exemplo moralizador, quer pelos cruzamentos inter-raciais”. De acordo com Clóvis Moura (1988, p.26), a primeira fase da literatura romântica nacional aparece justamente para negar a existência do negro quer socialmente, quer esteticamente, Moura explana que o imaginário dos autores estava imbuído por valores brancos, ocultava-se a realidade brasileira como temática, ao passo que idolatravam heróis e heroínas de padrões europeus. Entendemos que onde quer que fossem as estruturas sociais, desde produções artísticas, literárias ou nas instituições de ensino, o negro era omitido e estigmatizado.

Ao longo do século XIX, foram analisadas as mais diversas soluções para a questão do negro. Enquanto emancipacionistas e abolicionistas defendiam a integração do negro na sociedade, acreditando na sua regeneração através da educação para o trabalho livre. Os imigrantistas, mais acostumados ao racismo científico, acreditavam que somente a vinda de trabalhadores europeus seria suficiente para reabilitar o povo brasileiro. Estima-se que entre 1870 a 1930 entraram cerca de 4,4 milhões de trabalhadores europeus no Brasil. Joel Zito Araújo explicita,

De fato, o governo brasileiro incentivou e até mesmo financiou campanhas na Europa pela vinda maciça de trabalhadores do campo e da cidade das regiões ibéricas e anglo-saxônicas, e criou mecanismos de bloqueio para evitar a expansão da miscigenação dos negros e

índios brasileiros com migrantes oriundos de países não brancos. (ARAÚJO, 2000, p. 27).

A afirmação do autor aponta para uma atitude deliberada do governo brasileiro em resolver a problemática da cor. ARAÚJO (2000, p.28) afirma que os mecanismos de bloqueio foram leis implementadas pelo governo na qual os africanos e asiáticos só poderiam entrar no país mediante autorização do Congresso Nacional. Embora os teóricos raciais brasileiros da época defendessem ideais racistas e pós-branqueamento, quem veio amainar as discussões foi Gilberto Freyre com seu livro *Casa grande e senzala*, livro que explica a formação da sociedade brasileira tendo em vista a miscigenação entre negros, índios e brancos.

5.5. A DEMOCRACIA RACIAL NO BRASIL

Gilberto Freyre, contrariamente aos teóricos raciais da década de 30, apresenta análise em que via de forma positiva a miscigenação do branco, negro e índio, não pelo viés racial, mas pela miscigenação cultural dos três grupos étnicos. De acordo com Munanga Kabengele, em seu livro *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil*, o autor explica que, (2004, p.88),

A grande contribuição de Freyre é ter mostrado que negros, índios e mestiços tiveram contribuições positivas na cultura brasileira: influenciaram profundamente o estilo de vida da classe senhorial em matéria de comida, indumentária e sexo. A mestiçagem, que no pensamento de Nina e de outros causava dano irreparável ao Brasil, era vista por ele como uma vantagem imensa. (KABENGELE, 2004, p.88).

Gilberto Freyre “resolve” dessa forma a problemática racial no Brasil, pois este ao positivar elementos culturais dos negros e índios prenuncia uma democracia racial. Contudo, analisamos que após os escritos de Freyre (1933), a opressão social baseada no sistema racista que era explícita se tornaria camuflada, silenciosa, subliminar e de difícil detecção. Ou seja, de acordo com Munanga Kabengele,

brotou lentamente o mito de democracia racial[...]exalta a ideia de convivência harmoniosa entre os indivíduos de todas as camadas sociais e grupos étnicos, permitindo às elites dominantes dissimular as desigualdades e impedindo os membros das comunidades não-brancas de terem consciência dos sutis mecanismos de exclusão da qual são vítimas da sociedade. (KABENGELE, 2004, p.88-89).

O autor demonstra que o sistema racista pós-Freyre reopera de forma cordial, este se apropria dos escritos do autor em questão e modela-se numa complexa, organizada e sutil roupagem opressora. O que o autor Thomas Skidmore afirma que,

a análise de Freyre servia, principalmente para reforçar o ideal de branqueamento, mostrando de maneira vívida que a elite (primariamente branca) adquirira preciosos traços culturais do íntimo contato com o africano". (*apud* KABENGELE 2004, p.89-90).

Esse ideal de branqueamento demarca os principais espaços de aprendizado de valores culturais, de conceitos de ética e de estímulos comportamentais, esses lugares seriam as escolas, as universidades, as instituições governamentais e a mídia.

A democracia racial pressupõe uma política de igualdade entre os grupos étnicos no Brasil, porém hoje, 80 anos após o lançamento do livro de Freyre, as marcas sociais de uma suposta democracia racial estão em extremo desacordo. Um dos pontos relevantes da nossa pesquisa é justamente analisar os meios de comunicação de massa e como a dita democracia racial estaria operando em função do negro.

Dados recentes confirmam a desigualdade social no Brasil. Conforme Waiselfiz (2012), em 2002 a vitimização negra na população total era de 65,4% - morriam assassinados, proporcionalmente, 65,4% mais negros do que brancos e no ano de 2010 aumentou assustadoramente para 132,3%. As taxas juvenis duplicam, ou mais, em relação às da população total. Assim, em 2010, se a taxas de homicídio da população negra total foi de 36,0 a dos jovens negros foi de 72,0. O autor realça um fato curioso, "nas fortes quedas dos homicídios brancos, o que nos remete não a contextos globais da sociedade, mas sim a estratégias e políticas de segurança e proteção da cidadania que incidem diferencialmente nos segmentos da população." (Waiselfiz 2012, p.39). Os dados do autor demandam uma análise minuciosa deste fato.

Um levantamento do IBGE (2004) mostra que do total de pessoas que tem uma ocupação, os pretos e pardos representam 47% das pessoas ocupadas, e desse percentual apenas 18% ocupa as universidades. O maior desequilíbrio é encontrado entre os profissionais da saúde onde apenas 13% são pretos/pardos. Mesmo entre os assistentes sociais, onde a situação é mais equilibrada, dois terços são pessoas brancas.

No quesito escolaridade, enquanto 42,9% dos brancos possuem 11 anos de estudo ou mais, apenas 24,9% dos pretos/pardos têm o mesmo nível de estudo. Em contrapartida, a concentração de pretos/pardos nos baixos níveis de escolaridade é bem mais elevada que a de brancos. (Idem, 2004).

6. METODOLOGIA

O delineamento da pesquisa está relacionado ao tema proposto e tem como objetivo identificar o método a ser utilizado neste projeto. É neste contexto que Cervo e Bervian (2002, p. 23) afirmam:

[...]o método é a ordem que se deve impor aos diferentes processos necessários para atingir um certo fim ou um certo resultado desejado. Nas ciências, entende-se por método o conjunto de processos empregados na investigação da verdade.

Acerca ainda da definição de método, complementando com Gil (1999, p. 26) é “o caminho para se chegar a determinado fim”. Quanto a este trabalho, o mesmo caracteriza-se por contemplar o método do tipo qualitativo. Este método, para Roesch (2006, p. 154),

É apropriada para a avaliação formativa, quando se trata de melhorar a efetividade de um programa, ou plano, ou mesmo quando é o caso da proposição de planos, ou seja, quando se trata de selecionar as metas de um programa e construir uma intervenção, mas não é adequada para avaliar resultados de programas ou planos.

Neste sentido, acredita-se que o trabalho em questão é de cunho **qualitativo**. Considerando as definições acima declaradas, a pesquisa foi de base descritiva,

investigando a melhor maneira de explicar a sua estrutura viabilizando assim uma melhor compreensão e conhecimento detalhado de seus processos.

REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Etnografia da prática escolar**. Campinas, SP: Papyrus, 1995.
- BALIBAR, Etienne; WALLERSTEIN, Immanuel. **Race, Nation, Class** - ambiguous identities. London/New York: Verso, 1991.
- BANTON, Michael. **A Idéia de Raça**. Edição Inglesa: Travistock Publications Ltd. 1977.
- BATISTA, Antonio Augusto Gomes et al. **Capacidades lingüísticas da alfabetização e a avaliação**. Brasília: MEC. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação a Distância. Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.
- BESERRA, Bernadete. A terra da luz é negra: racismo e metamorfoses identitárias em Fortaleza. In: GADELHA, Sylvio; PULINO, Lucia (org.). **Biopolítica, escola e resistência: infâncias para a formação de professores**. São Paulo: Ed. Alínea, 2012, v.1, p.25-37.
- _____. Cultural Imperialism and the Transformation Race Relations in Brazil. **Latin American Perspectives**. Los Angeles, Issue 178, volume 38, number 03, may 2011a, p. 194-208.
- _____. Racismo e metamorfoses identitárias em Fortaleza: história de uma pesquisa. In: CAVALCANTE, Maria J. et al (org.). **História da Educação Comparada: discursos, ritos e símbolos da educação popular, cívica e religiosa**. Fortaleza: Edições UFC, 2011b, p. 36-52.
- _____. **Brasileiros nos Estados Unidos: Hollywood e outros sonhos**. Fortaleza/São Paulo/Santa Cruz. Editora UFC/UNISC/HUCITEC, 2005.
- _____; ANDRADE, Jakeline Alencar. A escola e o discurso da diferença – o caso de uma escola de 1º grau em Fortaleza. **Revista Educação em debate**. Fortaleza, v.2, n.42, p. 16 – 29, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. **O racismo da inteligência**. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/mobile/doc/86285568?width=427>>. Acesso em: 06 jul. 2016.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9394/96**. Brasília, DF: MEC, 1996.

- CHARLOT, Bernad. O professor na sociedade contemporânea: um trabalhador da contradição. In: D'ÁVILA, Cristina (org.). **Ser professor na contemporaneidade: desafios, ludicidade e protagonismo**. 1. ed. Curitiba: Editora CRV, 2009. Cap. 1, p. 19 – 42.
- DAVIS, Cláudia; RAMOS, Zilma Moraes de. **Psicologia na Educação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.
- FERREIRO, Emília. **Reflexões sobre alfabetização**. 25. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- FREITAS, Lorena. A instituição do fracasso: a educação da ralé. In: SOUZA, Jessé (Org.). **Ralé Brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. P. 281-304.
- FREYRE, Gilberto. Casa grande & senzala. São Paulo: Global, 2012.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Ed. 34, 1999.
- HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na pós-modernidade**. 7 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- LIBÂNEO, José Carlos. Uma escola para novos tempos. In: _____. **Organização e gestão da escola**. Goiânia: Alternativa, 2001. Cap. 2, p. 33 – 50.
- LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.
- MARIZ, Silviana Fernandes. **A produção acadêmica sobre as relações étnicorraciais no Brasil e no Ceará: a construção do afrodescendente**. 2012, 386f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.
- _____. Discursos em campo: Moacyr versus Zumbi ou quem é o quê no Ceará. **Revista História & Ensino**. Londrina, v.17, p. 307-325, 2011.
- _____. Disputas discursivas ou alquimias identitárias? Identidade em Trânsito no Ceará Pós-Durban. **Cadernos do CEOM**. Chapecó, v. 24, p. 123-142, 2011.
- MATA, Roberto da. **Relativizando: uma introdução à antropologia social**. Petrópolis: Vozes, 1981.
- NASCIMENTO, Antonio Joamir Brito do. **Cotas raciais na Universidade Federal do Ceará: para quem?** 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

- NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- OLIVEIRA, Cristina Imaculada Santana de. **A comunidade imaginada da afrodescendência no contexto da educação das relações étnicorraciais**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do antropólogo**. 2. ed. Brasília: Paralelo, 15; São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- PAULO, Iliana. A dimensão técnica da prática docente. In: CANDAU, Vera Maria (org.). **Rumo a uma nova didática**. 16. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2005. P. 93 – 111.
- SHOHAT, Ella; STAM, Robert. **Crítica da Imagem Eurocêntrica**. Tradução: Marcos Soares. São Paulo: Cosac Naify, 2006.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Racismo no Brasil**. São Paulo: Publifolha, 2001.
- _____. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questões raciais no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SKIDMORE, Thomas E. **Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo horizonte: Autêntica, 1998.
- SOUSA, Antônio Vilamarque Caraubá de. **Afro-cearenses em construção: discursos identitários sobre o negro no Ceará**. Fortaleza, 2006.
- SOUZA, Jessé. Raça ou classe? Sobre a desigualdade brasileira. **Lua nova**. São Paulo, n.65, p.43-69, mai./ago. 2005.
- WEISZ, Telma. A Revolução de Emília Ferreiro. **Emília Ferreiro: a construção do conhecimento**. Rio de Janeiro, editor Manuel da Costa Pinto, v. 5, p. 6 – 13, 2005.